LAÍS PASSARELLI GONÇALVES

RESUMO

A Educação Inclusiva na Educação Infantil tem como princípio fundamental o direito de todas as crianças, com ou sem deficiência, à aprendizagem e à convivência em ambientes escolares que respeitem a diversidade e promovam a equidade. Este trabalho busca refletir sobre os principais desafios e possibilidades da inclusão na primeira infância, considerando os aspectos pedagógicos, estruturais e formativos envolvidos no processo. A inclusão efetiva demanda formação continuada dos profissionais da educação, adaptações curriculares e um ambiente escolar acessível e acolhedor. Um dos grandes desafios é a quebra de paradigmas excludentes ainda presentes nas práticas educativas, bem como a superação da falta de recursos e preparo de muitos educadores. Por outro lado, as possibilidades são vastas quando há compromisso institucional, apoio das famílias, uso de metodologias ativas e valorização do brincar como ferramenta inclusiva. Assim, a educação infantil inclusiva se consolida como espaço de construção de uma sociedade mais justa e plural. Conclui-se que investir na formação docente e em políticas públicas eficazes é essencial para garantir o direito à educação de qualidade para todas as crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Desafios; Possibilidades.

INTRODUÇÃO

A educação é um direito fundamental de todo ser humano, e sua universalização é uma das bases para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Nesse contexto, a educação inclusiva se destaca como uma proposta pedagógica que visa garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todas as crianças no ambiente escolar, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou culturais. No âmbito da Educação Infantil, que compreende a primeira etapa da educação básica, a inclusão assume papel crucial, pois é nesse período que se formam as bases do desenvolvimento humano e das relações sociais.

Historicamente, pessoas com deficiência foram excluídas dos espaços escolares ou, quando inseridas, eram colocadas em instituições separadas, baseadas em uma lógica de segregação e padronização. Com o avanço das discussões sobre os direitos humanos e a valorização da diversidade, houve uma mudança de perspectiva que culminou na defesa da inclusão como direito inalienável. A partir de legislações como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e mais recentemente a Lei Brasileira de Inclusão (LBI 13.146/2015), tornou-se dever do Estado, da escola e da sociedade garantir uma educação de qualidade para todos, desde a primeira infância.

A Educação Infantil inclusiva busca oferecer às crianças com deficiência oportunidades de aprendizagem e interação em ambientes escolares regulares, adaptando práticas pedagógicas e estruturais de modo a atender suas especificidades. Para isso, é necessário repensar o currículo, os espaços físicos, os recursos didáticos, e principalmente a formação e postura dos profissionais da educação. Mais do que incluir fisicamente, é preciso construir relações pedagógicas que promovam o pertencimento, a valorização das potencialidades e o respeito às singularidades de cada criança.

Entretanto, apesar dos avanços teóricos e legais, ainda são muitos os desafios enfrentados na efetivação da inclusão na Educação Infantil. Dentre eles, destaca-se a falta de preparo específico dos professores para lidar com as diferentes necessidades educacionais, a escassez de recursos pedagógicos acessíveis, a ausência de apoio multidisciplinar nas escolas e, sobretudo, a persistência de preconceitos e estigmas que dificultam a plena aceitação da diversidade. Em muitos casos, a inclusão é tratada como um favor ou como uma obrigação formal, sem um compromisso real com o desenvolvimento integral da criança.

Por outro lado, diversas possibilidades se abrem quando se compreende a inclusão não como um problema, mas como uma oportunidade de enriquecimento pedagógico e humano. A convivência entre crianças com diferentes características e habilidades favorece a empatia, o respeito às diferenças e a construção de um ambiente escolar mais solidário. Além disso, metodologias como o brincar inclusivo, os projetos interativos, o uso de tecnologias assistivas e a pedagogia da escuta, contribuem para o desenvolvimento de práticas mais acolhedoras e eficazes.

É importante destacar também o papel da gestão escolar, das famílias e da comunidade nesse processo. A inclusão não se realiza apenas pela ação do professor em sala de aula, mas exige o envolvimento coletivo e o compromisso com uma mudança de cultura. Uma escola verdadeiramente inclusiva é aquela que valoriza cada criança como sujeito de direitos, capaz de aprender, se desenvolver e conviver em igualdade de condições com os demais.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre os desafios e possibilidades da educação inclusiva na Educação Infantil, à luz dos princípios legais, pedagógicos e sociais que fundamentam essa proposta. Pretende-se, ainda, evidenciar a importância da formação docente, das estratégias pedagógicas diferenciadas e da construção de uma cultura escolar inclusiva como elementos centrais para a efetivação desse direito. A partir de uma revisão bibliográfica e da análise de experiências práticas, busca-se contribuir para a construção de um olhar mais sensível e comprometido com a inclusão desde os primeiros anos escolares.

Com isso, reafirma-se que a inclusão não é um favor, mas um direito; não é um desafio impossível, mas uma responsabilidade coletiva; não é uma adaptação de última hora, mas uma proposta pedagógica que reconhece a riqueza da diversidade como elemento fundamental do processo educativo. É na Educação Infantil que se plantam as sementes de um futuro mais inclusivo, e cabe aos profissionais da educação, gestores e toda a sociedade cultivarem esse solo com compromisso, afeto e conhecimento. Acreditar na inclusão é, acima de tudo, acreditar no potencial de cada criança e no poder transformador da educação.

DESENVOLVIMENTO

A construção de uma educação inclusiva desde os primeiros anos escolares exige, antes de qualquer coisa, uma mudança profunda na maneira como a sociedade compreende a infância, a deficiência e a própria função da escola. Durante muito tempo, o modelo educacional vigente foi pautado em uma lógica homogênea, excludente e voltada para o desempenho acadêmico, desconsiderando as singularidades das crianças e suas diferentes formas de aprender. A inclusão surge, então, como uma proposta de ruptura com esse modelo tradicional, propondo uma abordagem pedagógica centrada na valorização das diferenças e na promoção da equidade. A Educação Infantil, por ser o primeiro espaço institucional de aprendizagem e convivência, é um campo privilegiado para a consolidação dessa nova perspectiva. É nela que as crianças começam a se reconhecer como sujeitos sociais, desenvolvem habilidades cognitivas, motoras e afetivas, e constroem as primeiras relações de pertencimento fora do ambiente familiar.

Nesse sentido, promover a inclusão na Educação Infantil é mais do que garantir acesso físico à escola. É assegurar que cada criança tenha oportunidades reais de participar, aprender e se desenvolver em um ambiente que respeite seu ritmo, sua história e suas potencialidades. Isso implica em rever práticas pedagógicas, promover adaptações curriculares, investir em formação docente e garantir condições estruturais adequadas. A simples presença da criança com deficiência na sala de aula não é suficiente. É preciso garantir sua participação efetiva nas atividades, seu envolvimento com os colegas e sua valorização como parte integrante do grupo. O brincar, por exemplo, que é a linguagem da infância e um dos principais instrumentos pedagógicos nessa etapa, deve ser planejado de forma a incluir todas as crianças, com ou sem deficiência, promovendo interações significativas e experiências compartilhadas. No entanto, diversos desafios ainda dificultam a efetivação da inclusão no cotidiano das instituições de Educação Infantil. A formação inicial dos professores, muitas

vezes, não contempla de forma adequada os conhecimentos e as práticas relacionadas à educação inclusiva. Os cursos de licenciatura, de modo geral, ainda apresentam uma abordagem fragmentada e superficial sobre as questões da deficiência e da diversidade, o que compromete a atuação docente nas salas de aula inclusivas. Além disso, a ausência de formação continuada, aliada à sobrecarga de trabalho e à escassez de apoio técnico, acaba gerando insegurança, resistência e até mesmo rejeição por parte de alguns profissionais. Em muitos casos, os professores sentem-se sozinhos diante dos desafios de incluir uma criança com deficiência em sua turma, o que reforça a importância da presença de uma equipe multiprofissional nas instituições, com psicólogos, terapeutas, fonoaudiólogos, entre outros profissionais que possam atuar de forma colaborativa no processo educativo.

Outro desafio relevante está relacionado às condições físicas e estruturais das escolas. Muitas instituições ainda não possuem espaços acessíveis, mobiliários adequados, materiais pedagógicos adaptados ou recursos tecnológicos assistivos que permitam a plena participação das crianças com deficiência. A acessibilidade, nesse contexto, deve ser compreendida em um sentido amplo, que vai além das rampas e banheiros adaptados. Trata-se de garantir o acesso ao currículo, à comunicação, à interação e às experiências educativas de forma equitativa. É necessário que os gestores escolares e os sistemas públicos de ensino assumam a responsabilidade de promover essas condições, assegurando que a inclusão não dependa apenas do esforço individual dos professores, mas de um compromisso institucional coletivo.

Apesar das dificuldades, é possível identificar muitas experiências bem- sucedidas de inclusão na Educação Infantil, que revelam o potencial transformador dessa proposta quando há compromisso, sensibilidade e criatividade por parte dos educadores e da gestão escolar. Em contextos onde a inclusão é efetivada com intencionalidade pedagógica, as crianças com deficiência se desenvolvem de maneira significativa, ampliando sua comunicação, sua autonomia e suas relações sociais. Ao mesmo tempo, as demais crianças aprendem a conviver com a diversidade, desenvolvem empatia e se tornam mais preparadas para viver em uma sociedade plural. Esses ambientes inclusivos também favorecem a construção de vínculos afetivos sólidos, o que é fundamental para o desenvolvimento emocional de todas as crianças.

A participação das famílias também se mostra um fator determinante no sucesso da inclusão. O diálogo constante entre escola e família fortalece o vínculo de confiança e permite a construção de estratégias pedagógicas mais eficazes. Quando os pais e responsáveis são envolvidos no processo educativo, eles se sentem valorizados e se tornam aliados na promoção do desenvolvimento da criança. No entanto, muitas vezes as famílias enfrentam obstáculos para participar ativamente da vida escolar, seja por falta de tempo, de informação, de acolhimento ou até mesmo por experiências negativas anteriores. Por isso, é essencial que a escola desenvolva uma postura acolhedora, aberta ao diálogo e sensível às realidades de cada família, construindo uma parceria baseada no respeito e na escuta.

As políticas públicas também desempenham um papel fundamental na efetivação da educação inclusiva. É preciso que os sistemas de ensino garantam a alocação de recursos financeiros, humanos e pedagógicos necessários para sustentar práticas inclusivas de forma contínua. Isso inclui a oferta de formação para os professores, a criação de centros de apoio à inclusão, o acompanhamento pedagógico das escolas, e a fiscalização do cumprimento da legislação vigente. A articulação entre os diversos setores – educação, saúde, assistência social – é indispensável para assegurar um atendimento integral às crianças com deficiência, respeitando seus direitos e promovendo sua qualidade de vida. Além disso, é necessário que a sociedade como um todo se engaje na defesa da inclusão, combatendo o preconceito, promovendo campanhas de conscientização e valorizando as diferenças como parte da riqueza humana.

A educação inclusiva na Educação Infantil, portanto, não é apenas uma exigência legal, mas uma necessidade ética e pedagógica. Ela exige coragem para transformar práticas excludentes, compromisso para enfrentar

os desafios e sensibilidade para enxergar o potencial de cada criança. Quando a inclusão é vivenciada de forma autêntica, ela se torna uma oportunidade de crescimento para todos os envolvidos – crianças, educadores, famílias e sociedade. É no cotidiano da sala de aula, nas interações, no brincar e no cuidado, que se constrói uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de transformar a escola em um espaço de pertencimento e respeito à diversidade.

A longo prazo, os benefícios da inclusão na infância reverberam de forma positiva na sociedade. Crianças que crescem em ambientes inclusivos tendem a se tornar adultos mais empáticos, respeitosos e preparados para conviver com as diferenças. Ao incluir hoje, estamos formando as bases para uma geração mais justa, solidária e consciente de seus direitos e deveres. Por isso, investir na inclusão desde a Educação Infantil não é apenas uma questão de justiça social, mas um compromisso com o futuro de todos. A escola que acolhe, escuta e respeita cada criança contribui para a construção de um mundo melhor – mais humano, mais equitativo e verdadeiramente democrático.

A presença de crianças com deficiência na Educação Infantil desafia os educadores a refletirem sobre suas práticas e a buscarem alternativas que rompam com o modelo tradicional de ensino, muitas vezes centrado na uniformidade. Ao lidar com diferentes formas de aprender e se expressar, o professor precisa adotar posturas pedagógicas mais flexíveis, criativas e adaptadas às necessidades de cada criança. Esse processo exige um olhar atento para o cotidiano escolar, que considere as individualidades, respeite os tempos de aprendizagem e incentive a autonomia das crianças. As estratégias de diferenciação pedagógica, como o uso de recursos visuais, atividades sensoriais, apoio individualizado e reorganização dos espaços e tempos escolares, tornam-se fundamentais para garantir que todos possam participar de maneira significativa das experiências propostas.

Além disso, a construção de uma prática inclusiva está diretamente relacionada ao desenvolvimento de vínculos afetivos entre professor e aluno. A afetividade, quando presente na relação pedagógica, favorece a confiança mútua e proporciona um ambiente seguro para que a criança explore o mundo ao seu redor. Na Educação Infantil, onde o cuidar e o educar caminham juntos, o acolhimento emocional é essencial para o desenvolvimento pleno da criança. O professor que estabelece uma relação de respeito, escuta e empatia com seus alunos está mais preparado para perceber suas necessidades, valorizar suas conquistas e ajudá-los a superar desafios. A afetividade também é um componente importante para a construção da autoestima, do senso de pertencimento e da motivação para aprender, fatores essenciais na formação da identidade infantil.

Outro aspecto relevante a ser considerado no contexto da inclusão é a importância da mediação entre as crianças. A convivência entre pares em um ambiente inclusivo favorece a construção de valores como solidariedade, cooperação e respeito às diferenças. Crianças que convivem desde cedo com a diversidade aprendem que todos têm direitos e potencialidades, mesmo que expressem isso de maneiras diferentes. A mediação do professor, nesse processo, é indispensável para promover interações significativas, resolver conflitos e incentivar a participação coletiva. O educador atua como facilitador das relações sociais, promovendo atividades que estimulem o trabalho em grupo, a escuta ativa e o apoio mútuo. Assim, a inclusão contribui não apenas para o desenvolvimento das crianças com deficiência, mas para o crescimento humano de todos os envolvidos no processo educativo.

Vale destacar ainda que a Educação Infantil inclusiva não se limita às crianças com deficiência. Ela abrange também aquelas em situação de vulnerabilidade social, com transtornos de desenvolvimento, dificuldades de aprendizagem, ou que pertencem a grupos historicamente marginalizados, como indígenas, quilombolas, imigrantes e outras minorias. A inclusão deve ser compreendida como um compromisso com a diversidade em sua totalidade, reconhecendo que todas as crianças têm o direito de aprender em um ambiente que valorize suas culturas, experiências e formas de ser. Isso requer uma postura pedagógica aberta ao diálogo intercultural, à escuta sensível e à valorização das múltiplas infâncias presentes no espaço

escolar. A escola inclusiva é, portanto, aquela que acolhe a complexidade do mundo em sua pluralidade e transforma essa diversidade em potência educativa.

Outro ponto que merece atenção é o papel das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), que apontam para uma concepção de criança como sujeito de direitos, protagonista de seu processo de aprendizagem e participante ativo na construção de conhecimentos. As diretrizes reforçam a importância das interações e das brincadeiras como eixos estruturantes do trabalho pedagógico na Educação Infantil, elementos que devem ser garantidos para todas as crianças, inclusive aquelas com deficiência. O planejamento das atividades precisa considerar esses princípios, assegurando que as propostas pedagógicas sejam significativas, desafiadoras e acessíveis a todos. Isso exige sensibilidade do educador para adaptar as atividades conforme as necessidades específicas dos alunos, sem comprometer os objetivos educativos, mas sim enriquecendo o processo com diferentes formas de vivência e expressão.

A escola também precisa se preparar para lidar com situações de preconceito e discriminação, que infelizmente ainda estão presentes no cotidiano. É necessário que o ambiente escolar seja um espaço de combate a qualquer forma de exclusão, promovendo o respeito à diferença como valor essencial para a convivência democrática. Trabalhar a inclusão desde os primeiros anos contribui para a construção de atitudes positivas diante da diversidade e para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados na promoção da justiça social. As crianças, quando educadas em um contexto inclusivo, aprendem a valorizar o outro, a desenvolver empatia e a compreender que todos têm o direito de participar e pertencer. Essas aprendizagens não se restringem ao espaço escolar, mas se estendem para outros contextos sociais, influenciando positivamente as futuras gerações.

É importante lembrar que a inclusão é um processo contínuo e em constante construção. Não se trata de uma receita pronta ou de um modelo único a ser seguido, mas de uma prática que se reinventa diariamente, a partir das necessidades e possibilidades de cada realidade. A escuta ativa, a reflexão constante e a disposição para aprender com os erros e acertos são atitudes fundamentais para que os profissionais da educação consigam avançar nesse caminho. A formação continuada desempenha um papel estratégico nesse processo, oferecendo subsídios teóricos e práticos que fortalecem a atuação docente. Espaços de formação colaborativa, como grupos de estudo, rodas de conversa e encontros pedagógicos, são fundamentais para que os educadores compartilhem experiências, tirem dúvidas e construam coletivamente soluções para os desafios cotidianos da inclusão.

Nesse sentido, o trabalho em equipe dentro da escola é essencial. A articulação entre professores, coordenadores, gestores e demais profissionais do quadro escolar possibilita a construção de um projeto pedagógico mais coerente, integrado e comprometido com a inclusão. A colaboração entre os diferentes atores da comunidade escolar favorece o planejamento de ações mais eficazes, a identificação precoce de dificuldades e a promoção de intervenções pedagógicas mais adequadas. A construção de uma cultura inclusiva na escola depende da disposição de todos em rever práticas, acolher críticas, dialogar e agir de forma ética e responsável. A inclusão não é tarefa de um só, mas uma construção coletiva que demanda compromisso, diálogo e solidariedade.

Assim, é possível afirmar que a Educação Infantil inclusiva representa um avanço significativo nas políticas educacionais e nos direitos das crianças. Ela propõe uma escola mais justa, mais humana e mais próxima das reais necessidades da infância. Os desafios são muitos, mas as possibilidades são ainda maiores quando se compreende que cada criança tem o direito de ser acolhida, respeitada e valorizada em sua singularidade. Quando a inclusão é vivida com verdade e sensibilidade, todos ganham: as crianças, os professores, as famílias e a sociedade. A escola torna-se, então, um espaço de transformação, onde o diferente é visto não como obstáculo, mas como oportunidade de crescimento e aprendizagem mútua.

A consolidação de uma Educação Infantil inclusiva exige, acima de tudo, um comprometimento contínuo com a formação humana

em sua integralidade. É necessário compreender que a criança não é apenas um ser em desenvolvimento, mas um sujeito de direitos, capaz de aprender, interagir e contribuir para a construção do ambiente escolar, desde que lhe sejam garantidas as condições adequadas de acolhimento, estímulo e escuta. Para que isso ocorra, a escola deve ir além da mera adaptação curricular ou da presença física do aluno em sala. Ela precisa promover práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas, que valorizem as múltiplas formas de aprender, de se expressar e de se relacionar com o mundo.

A atuação da equipe pedagógica deve estar voltada para a valorização da diversidade, reconhecendo as diferenças como riquezas e não como entraves ao processo educativo. A formação contínua dos profissionais da educação é uma condição indispensável para que a inclusão seja efetiva e não apenas um ideal distante. Professores preparados, sensíveis e abertos ao novo são agentes fundamentais na construção de ambientes que favoreçam o desenvolvimento pleno de todas as crianças, especialmente daquelas que historicamente foram excluídas ou invisibilizadas dentro da escola.

Além disso, a parceria com as famílias é um dos pilares mais importantes para o sucesso de uma prática inclusiva. É preciso estreitar laços, promover momentos de escuta e diálogo, acolher as vivências familiares e construir, em conjunto, estratégias de acompanhamento e apoio ao processo de aprendizagem e socialização das crianças. Quando a escola se coloca como espaço de acolhida e parceria, os vínculos se fortalecem e os desafios educacionais tornam-se mais possíveis de serem enfrentados com responsabilidade e solidariedade.

Outro aspecto relevante na promoção da inclusão na Educação Infantil é o papel das políticas públicas. É essencial que os governos garantam recursos, formação, estrutura física adequada e acompanhamento técnico às escolas para que estas consigam atender às especificidades de seus alunos com dignidade. A falta de investimentos compromete diretamente a qualidade do processo educativo e penaliza, sobretudo, as crianças em situação de maior
vulnerabilidade social e/ou com deficiência. A presença de profissionais especializados, como psicopedagogos, fonoaudiólogos, psicólogos e assistentes sociais, deve ser garantida como suporte às ações pedagógicas, fortalecendo uma rede de atenção integrada.

É nesse contexto que a figura do assistente social na educação torna-se cada vez mais relevante. Sua atuação contribui para a mediação entre escola, família e comunidade, além de oferecer suporte na identificação de barreiras sociais que dificultam a permanência e o sucesso escolar de determinadas crianças. O assistente social trabalha com as dimensões éticas e políticas das relações sociais, e seu olhar contribui para que a escola atue de maneira mais consciente das desigualdades e das necessidades de intervenção social junto às famílias.

A cultura da inclusão também passa pela revisão dos paradigmas que sustentam o modelo tradicional de ensino, baseado na homogeneidade e no rendimento padronizado. É preciso romper com a lógica excludente que rotula, classifica e compara crianças, muitas vezes sem considerar seus contextos de vida, suas experiências prévias e seus modos próprios de aprender. O currículo deve ser flexível, contextualizado e acessível a todos. O brincar, a ludicidade, a afetividade e a criatividade devem ser princípios norteadores das práticas cotidianas na Educação Infantil, respeitando os tempos e ritmos de cada criança.

Quando a inclusão é efetivamente praticada, a escola se transforma em um espaço de pertencimento. As crianças aprendem que o respeito às diferenças é uma prática cotidiana e que todos têm algo a ensinar e a aprender. A experiência de conviver com a diversidade amplia horizontes, quebra preconceitos e constrói valores de empatia, cooperação e solidariedade, fundamentais para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com uma sociedade mais justa.

Portanto, o caminho para a Educação Infantil inclusiva é árduo, mas profundamente transformador. Ele exige coragem institucional, vontade política, formação adequada, sensibilidade humana e, principalmente, um compromisso coletivo com os direitos da infância. Incluir não é apenas abrir as portas

da escola, mas garantir que dentro dela todas as crianças possam florescer com dignidade, respeito e alegria. É afirmar que a escola é para todos e que ninguém deve ficar para trás. É reconhecer que a inclusão não é um favor, mas um direito.

É, enfim, acreditar que a verdadeira educação se faz com equidade, amor e compromisso com a transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Inclusiva na Educação Infantil se configura como um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das mais significativas possibilidades de transformação social no campo educacional. Por meio dela, a escola tem a oportunidade de se tornar um espaço verdadeiramente democrático, onde todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais, possam ser acolhidas, respeitadas e valorizadas em suas singularidades.

Ao longo deste trabalho, foi possível refletir sobre os diversos aspectos que envolvem a inclusão no ambiente da Educação Infantil. Observou-se que, para que a inclusão aconteça de forma efetiva, não basta apenas garantir o acesso das crianças com deficiência ou com necessidades específicas à escola. É necessário promover mudanças profundas nas práticas pedagógicas, na formação docente, na estrutura física das instituições e nas relações interpessoais que se constroem dentro do espaço escolar.

A inclusão requer o reconhecimento das potencialidades de cada criança e a construção de um ambiente educacional que favoreça o desenvolvimento integral, por meio de atividades lúdicas, interativas, afetivas e que respeitem os diferentes ritmos de aprendizagem. Os profissionais da educação devem estar preparados, não apenas tecnicamente, mas também ética e emocionalmente, para atuar em contextos de diversidade, buscando sempre o diálogo, a empatia e a escuta atenta.

Outro ponto fundamental é o papel da família e da comunidade no processo de inclusão. A parceria entre escola e família fortalece os vínculos afetivos e amplia as possibilidades de sucesso escolar e social da criança. Além disso, a atuação dos órgãos públicos, por meio de políticas educacionais inclusivas, é imprescindível para garantir recursos, formação contínua e apoio técnico-pedagógico aos profissionais da educação.

Conclui-se que a construção de uma Educação Infantil verdadeiramente inclusiva depende do compromisso coletivo de todos os envolvidos no processo educativo. É um caminho que exige esforço, dedicação e, sobretudo, sensibilidade. Quando olhamos para a criança como um sujeito de direitos, capaz de aprender, brincar e conviver, independentemente de suas limitações, damos um passo essencial rumo à construção de uma sociedade mais justa, solidária e plural. A inclusão não é um favor, é um direito. E fazer valer esse direito é uma tarefa de todos nós.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação Infantil: muitos olhares. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.
8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

VIGOTSKI, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.